

A NOVA RURALIDADE EM SÃO LEOPOLDO, VALE DO SINOS, RIO GRANDE DO SUL, ESTUDO DE CASO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ARROIO PEÃO

Iara Regina Chaves¹

Haide Maria Hupffer²

Daniela Muller de Quevedo³

Patrícia Nase Sandes⁴

Resumo

Este artigo aborda a questão dos conceitos do rural e urbano e a nova ruralidade, através da discussão conceitual destes temas. O presente trabalho tem como objetivo investigar a nova ruralidade dos micro e pequenos agricultores familiares da micro bacia do Arroio Peão, localizado no município de São Leopoldo no Vale do Rio Sinos, Rio Grande do Sul. A metodologia utilizada foi à consulta em literatura e artigos sobre o tema e a realização de entrevistas semiestruturadas com os micro e pequenos agricultores familiares. As investigações revelaram que os micro e pequenos agricultores familiares da micro bacia do Arroio Peão se enquadram no conceito da nova ruralidade.

Palavras chave: Nova ruralidade, urbanização, agricultura familiar.

Abstract

This article addresses the issue of rural and urban concepts and the new rurality through the conceptual discussion of those issues. This studies aims to investigate the new rurality of micro and small family farmers in the micro watershed of Arroio Peão, located in São Leopoldo in Vale do Rio do Sinos, Rio Grande do Sul. The methodology used was the consultation on literature and articles on the subject and carrying out semi-structured interviews with micro and small family farmers. Investigations revealed that the micro and small family farmers of the micro watershed do Arroio Peão fall within the concept of the new rurality.

Keywords: New rurality, Urbanization, family farming

Introdução

¹ Mestre em Economia do Desenvolvimento Regional na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS), Doutoranda em Qualidade Ambiental na Universidade FEEVALE-RS.

² Docente e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Qualidade Ambiental da Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil.

³ Docente e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Qualidade Ambiental da Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil.

⁴ Mestre em Economia do Desenvolvimento na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS)

As questões relacionadas às definições do que seja urbano e rural no país, a partir de uma abordagem que avalia aspectos de um novo paradigma social, inter-relacionando a literatura clássica com publicações mais recentes, mostra uma visão do assunto sobre diversas perspectivas. Esse tipo de reflexão tem grande importância no campo dos estudos populacionais e econômico (Reis, 2006).

Em um tempo que as grandes metrópoles crescem exponencialmente, expandindo áreas urbanas e concentrando grande parte da população, os espaços rurais remanescentes são um desafio para permanecerem com suas atividades, tais como a plantação de flores, frutas e hortaliças, cuja permanência se dá tanto para autoconsumo como para comercialização nas grandes metrópoles. Essas são algumas das questões que nortearão o presente trabalho, que tem como objetivo apresentar a investigação sobre a nova ruralidade na micro bacia do Arroio Peão no município de São Leopoldo no Vale do Rio dos Sinos (VS).

O Vale do Rio dos Sinos está situado no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. É uma região conhecida como berço da imigração alemã no Brasil e como polo coureiro-calçadista. Sendo as coordenadas geográficas de 29°20' a 30°10' de latitude Sul e 50°15' a 51°20' de longitude Oeste. Abrange as províncias geomorfológicas do Planalto Meridional e Depressão Central. Possui área de 3.746,68 km², abrangendo municípios como Campo Bom, Canoas, Gramado, Igrejinha, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Taquara e Três Coroas, com população total estimada em 1.249.100 hab. Os principais corpos de água são o Rio Rolante, O Rio da Ilha, O Rio Paranhana e o Rio dos Sinos. Este último tem sua nascente no município de Carará e desembocadura no delta do Jacuí. Os principais usos da água na bacia estão destinados ao abastecimento público, uso industrial e irrigação. As áreas mais conservadas encontram-se a montante da bacia⁵.

Geograficamente o município de São Leopoldo situa-se na encosta inferior da região nordeste do Rio Grande do Sul, na altitude de 29°45'37''S, longitude 51°08'50''W e a 26 metros do nível médio do mar, tomando-se como ponto referencial a Prefeitura Municipal. A cidade está localizada a 100% inserida na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (BHRS) (LAUTERT & SILVA apud SILVA, 2008). A população no município de São Leopoldo é de 225.520 habitantes e destes 894 estão na área rural do município (SNIS 2014).

⁵ <http://www.sema.rs.gov.br>

A execução deste trabalho pautou-se na abordagem qualitativa de caráter exploratório-descritivo e, quanto aos procedimentos técnicos, é uma revisão bibliográfica realizada nos sites de periódicos no período de março a dezembro de 2015. O estudo compreende bibliografias nacionais e internacionais, assim como a produção de dados primários. A coleta de dados para produção de dados primários foi pontual e relativa à micro bacia do Arroio Peão (Bacia Hidrográfica do Rio do Sinos) com as propriedades que fazem divisa com do município de São Leopoldo e Novo Hamburgo.

O numero de proprietários rurais na cidade de São Leopoldo são de 85 proprietários individuais agropecuários (IBGE, 2006). Vale salientar que o ano de 2006 foi a ultima data de levantamento sobre as propriedades rurais do país, pelo IBGE. O Arroio Peão é um dos afluentes da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, situado entre os municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo. Ele apresenta cerca de 9,3 km de extensão, nascendo no Morro de Paula, na divisa dos municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo (SEMA, 2013). No período de março a dezembro de 2015 foram realizadas 18 visitas a micro e pequenos agricultores familiares num total de 20 famílias que possuem suas terras junto a este arroio.

Adicionalmente, na margem esquerda do Arroio Peão pertencente ao município de São Leopoldo, existem grandes conjuntos habitacionais, mesclados com pequenos sítios, que produzem legumes e verduras, frutas e flores além de eventualmente, criação de suínos, bovinos e equinos (RONCHI et al, 2003).

Os dados preliminares tendem a revelar um desaparecimento do rural na região. Essa região não apresenta a agropecuária como atividade econômica principal. Destaca-se como uma região urbana, entretanto, o meio rural e atividades relacionadas não se extinguiram completamente. Sobre esse aspecto, o presente trabalho levantará questionamentos sobre o rural, no sentido de contribuir com o debate sobre a economia gaúcha, o novo rural e o desenvolvimento da “Colônia Velha” atualmente São Leopoldo do Estado do Rio Grande do Sul.

2. O Conceito de Urbano, Rural e a Dimensão Econômica

As transformações ocorridas a partir do século XX no mundo rural e na relação rural-urbano têm instigado estudiosos a construir teorias e conceitos para explicar essa nova realidade. Por essa razão, diversas teorias surgiram, de forma que alguns estudiosos chegaram a decretar o fim do rural. Outros, porém, admitem o seu

“renascimento” ou então, em uma via integradora, optam por uma análise que considera a leitura regional mais eficiente que a dicotomia urbano-rural. (ALENTEJANO, 2003).

O Decreto-Lei 311/38 fez com que todas as sedes municipais existentes virassem cidades, independentemente de quaisquer características estruturais ou funcionais. Foram consideradas urbanas todas essas sedes, mesmo que não passassem de ínfimos vilarejos ou povoados. Para futuras cidades seria exigida a existência de pelo menos 200 casas, e para futuras vilas (sedes de distrito), um mínimo de 30 moradias. Mas todas as localidades que àquela data eram expoentes de municípios, passaram a ser consideradas urbanas, mesmo que sua dimensão fosse muito inferior ao requisito mínimo fixado para as novas (VEIGA, 1999).

Em 1991 o IBGE realizou alterações importantes, começou a distinguir três categorias de áreas legalmente definidas como urbanas, e quatro tipos de aglomerados rurais. Dentro das cidades e vilas agora se pode distinguir *áreas urbanizadas* e *não-urbanizadas*, segundo o grau de intensidade da ocupação humana. Além delas, consideram-se *áreas urbanas isoladas* aquelas que, definidas por lei municipal, estejam separadas da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal. *Aglomerados rurais do tipo extensão urbana* são assentamentos situados em áreas fora do perímetro urbano legal, mas desenvolvidos a partir da extensão de uma cidade ou vila, ou por ela englobados em sua expansão. *Povoado* é o aglomerado rural isolado sem caráter privado ou empresarial, que disponha de um mínimo de serviços ou equipamentos, e cujos moradores exercem atividades econômicas nos setores primário, terciário, “ou mesmo secundário”. *Núcleo* é o aglomerado rural isolado vinculado a um único proprietário do solo. E *outros aglomerados* são os que não cumprem os requisitos que definem os três tipos de áreas rurais anteriores⁶ (VEIGA, 2004).

No Brasil, adota-se o critério político-administrativo e considera-se urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila). Segundo o IBGE, é considerada área

⁶ O Decreto-Lei 311/38 havia exigido a delimitação dos quadros urbano e suburbano das sedes municipais e distritais, conferindo ao Conselho Nacional de Geografia a atribuição de estabelecer os requisitos mínimos para a elaboração dos mapas. A uniformização pretendida foi alcançada, mediante cumprimento bastante criterioso dessas normas, para as quais o prazo estabelecido era inadiável. Foi com esses atos, baixados por prefeitos num período em que não funcionavam as Câmaras Municipais, que se consagrou a figura legal do Perímetro Urbano.

Mas a autonomia conferida aos Estados no período pós-1946 resultou em adoção de critérios variáveis e diversas interpretações sobre o que deveria ser o perímetro urbano. (Bernardes, Santos & Walcacer, 1983:47) De qualquer forma, o que continua até hoje definindo a área urbana do município é a Lei do Perímetro Urbano, de competência exclusiva municipal, servindo tanto para fins urbanísticos quanto tributários. É esse perímetro urbano que indica o limite oficial entre as áreas urbanas e rurais (IBGE,2001-b:116).

urbanizada toda área de vila ou de cidade, *legalmente definida* como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas reservadas à expansão urbana (VEIGA, 2004).

Marques (2002) salienta que existiam duas grandes abordagens sobre as definições de campo e cidade: a dicotômica e o *continuum*. Na abordagem dicotômica o campo se opõe a cidade, já na abordagem do *continuum* a industrialização seria elemento que aproximaria o campo da realidade urbana. A autora destaca que Sorokin, Zimmermann e Galpin (1981) são referências da abordagem dicotômica e enfatizam diferenças entre rural e urbano.

As definições clássicas do conceito de rural partem de uma enumeração de vários aspectos da realidade que seriam indicadores da situação da área estudada. Solari enumera os traços que caracterizariam a sociedade rural, segundo a obra clássica de Sorokin e Zimmermann. A base do conceito é a dimensão econômica, o rural se caracteriza por um determinado tipo de atividade: a produção de alimentos através da criação de plantas e de animais. A esta atividade econômica estão vinculados todos os outros traços que caracterizariam o rural, como a diferença ambiental, já que no rural o contato com a natureza é direto e constante, e a própria atividade econômica que lhe é peculiar é realizada ao ar livre (SOROKIN e ZIMMERMANN, *apud*, SOLARI, 1979).

Para Moreira (2002) o rural era interpretado como natureza e tradição, incivilidade e culturas homogêneas e primitivas. O rural passa então a ser construído como interdisciplinaridade a partir da concepção de pluralidade que se opõe ao rural tradicional.

A definição do meio rural ou de ruralidade para Abramovay (2003) abrange três ênfases: i] *a relação com a natureza*, que supõe o contato mais próximo com o meio natural pelos habitantes locais do que nos centros urbanos; ii] *as áreas não-densamente povoadas*, que possibilitam o fortalecimento dos laços de sociabilidade nas relações de vizinhança, tratado por alguns estudiosos como “sociedade de interconhecimento”, que reforça os laços comunitários; iii] *a relação com as cidades*, no sentido de que o bem-estar nas áreas rurais depende em boa medida das relações de proximidade com os centros urbanos, por intermédio da maior disponibilidade nestas de atividades econômicas que se estendem até o meio rural e que criam oportunidades de melhoria das condições de vida, em termos objetivos e subjetivos.

Silva (1996) argumenta ser possível definir em poucas palavras, que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura, que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno, se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos.

Carneiro (1997), traz exemplo da nova ruralidade brasileira, apresentando as comunidades de São Pedro da Serra e Lumiar, situadas entre os municípios de Nova Friburgo e Rio de Janeiro. O autor reconhece três tipos de agricultores na região: o *agricultor tradicional*, que mantém uma produção em escala bastante reduzida, tem sua reprodução social constantemente ameaçada pela falta de competitividade de seus produtos, tendo uma orientação para o mercado doméstico e mercado local. Parte destes agricultores está abandonando a atividade agrícola, o que tem sido estimulado pela expansão do turismo na região. A categoria dos *pluriativos* é ambígua e heterogênea, nela se incluem aqueles, que por ausência de meios ou de vontade, não adotaram o modelo de agricultura modernizante, optando por manter uma agricultura articulada a outras atividades que lhes possibilitam uma renda superior à renda agrícola (pequenas pousadas ou restaurantes, prestação de serviço para novos proprietários rurais de origem urbana, pequenos comércios). E por fim *agricultor modernizado*, que se destacam por sua íntima relação com o mercado regional, pela mecanização e pela utilização de técnicas aprimoradas.

Os desafios dos colonos alemães para tornar as terras do Vale dos Sinos em São Leopoldo, antiga “Colônia Velha”, em agricultáveis e a luta para permanecerem com as atividades da agricultura familiar, quando o urbano insiste em tentar tomar as suas terras, será visitado abaixo.

3. O início da agricultura na “Colônia Velha”, município de São Leopoldo

Se faz necessário para melhor compreensão da agricultura do Vale do Rio dos Sinos o entendimento de como chegaram ao Estado do Rio Grande do Sul os primeiros colonos alemães, suas lutas e desafios para tornar esta terra agricultável. Sendo assim apresentaremos a seguir esta caminhada.

A colonização alemã no Rio Grande do Sul teve início no ano de 1824, quando chegaram a Real Feitoria da linha Cânhamo, onde está situada hoje a cidade de São Leopoldo, as primeiras levas de imigrantes vindos do sul a Alemanha (regiões do Hunsrück e Mosela) (Schneider, 2004).

Segundo Waibel, (1949, p. 390) o imigrante deveria ser um misto de colono⁷ e soldado, capaz não só de colonizar as terras da Serra e do Planalto, fornecendo alimentos para população urbana da Província, como também garantir a proteção do território português.

O modo de vida dos colonos manteve-se solidamente ancorado no processo de expansão da fronteira agrícola do Rio Grande do Sul como um todo. A forma de produzir dos colonos compreendia basicamente três fases: O desmatamento, o arroteamento e a rotação de terras (SCHNEIDER, 2004).

Conforme Schneider (2004) São Leopoldo teve sua colonização por imigrantes alemães vindos diretamente da Alemanha que ficou conhecida como “Colônia Velha” aproximadamente no de 1890, o que a diferencia da “Colônia Nova”. A “Colônia Nova” teve seu início no ano de 1920 na Região Norte-Noroeste do Rio Grande do Sul onde hoje se situam as microrregiões do Alto Uruguai, Missões e Planalto Médio que teve sua colonização pelos descendentes dos imigrantes alemães e italianos. Cabe esta diferenciação, pois os colonos vindos da Europa traziam também o artesanato rural junto ao trabalho agrícola como atividade econômica complementar.

Os colonos trouxeram consigo novas técnicas de produção ao território da Província de São Pedro dando início a uma nova divisão social do trabalho, similar a que conheciam em sua terra natal. Assim que recebiam a propriedade da terra, os colonos tratavam de ocupa-la. A evolução da agricultura e da economia como um todo ocorreu com o avanço de dois fatores que foram fundamentais para o crescimento da produtividade agrícola das colônias. O primeiro foi à existência de áreas de terras a serem ocupadas e desmatadas através da abertura constante de novas picadas e linha, possibilitando o aumento da área agricultável e de sua produtividade, uma vez que as áreas recém-desmatadas eram mais férteis (SCHNEIDER, 2004).

⁷ A palavra colono refere-se ao sujeito que vive numa colônia. O termo colônia, no sentido como é empregado no sul do Brasil, tem como verdadeiro sentido da palavra colônia (“kolonie” em alemão) tem sua origem no processo de colonização que se propõe a introduzir habitantes alienígenas num lugar onde eram inexistentes e inseri-los em atividades agrícolas.

A maior parte do território rio-grandense foi ocupada, na segunda metade do século 19, por pequenos proprietários que se dedicavam a agricultura familiar⁸ (Waibel, 1955 apud Schneider, 2004).

Segundo Roche (1969, p. 268) no período de 1840 a 1860 houve expansão colonial ocupando a boa parte das terras de floresta em direção à costa da Serra que até então permaneciam desocupadas deixando de ser essencialmente de subsistências passando a cultivar lavouras de milho, feijão, batata e mandioca, sendo o auge da produção agrícola em São Leopoldo no período de 1860 a 1890.

Para Roche (1969, p. 272) o ano de 1890 a produção agrícola nas colônias alemãs começou a regredir entre elas São Leopoldo, devido à baixa fertilidade do solo e as técnicas agrícolas utilizadas como queimada que além do esgotamento do solo não permitia que o colono criasse ligação com a área cultivada fazendo com que ele buscasse por novas terras agricultáveis. Em 1950 a atividade agrícola de São Leopoldo e Novo Hamburgo havia praticamente desaparecido, principalmente, a cultura de milho e da mandioca, tendo como agravante o reduzido tamanho das propriedades rurais na zona de colonização alemã. Indica-se ainda como uma das causas principais os padrões de herança da terra como modo de transferência da propriedade adotada pelos colonos.

Cabe salientar que a forma de partilha utilizada pelos colonos alemães ocorria de duas formas, sendo elas herança por partilha total ou herança sem partilha. Na herança por partilha dividia-se a propriedade em partes iguais entre os herdeiros e na herança sem partilha, a propriedade passava para um único herdeiro (primogenitura ou ultimogenitura, conforme escolha) excluindo-se os demais do acesso à terra. Apesar de não haver estudos para confirmar a informação, nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul a divisão por partilha é amplamente dominante (Santos, 1978 e Woortmann, 1995).

Pode-se afirmar que a história do desenvolvimento econômico da Colônia Velha alemã do Rio Grande do Sul, do modo de vida dos colonos, da família, da pequena propriedade e do sistema produtivo obedece a sucessivos estágios de evolução e regressão da produção (Schneider, 2004).

⁸ O desmatamento da floresta foi a principal forma de arroteamento das terras. Em 1850 a proporção da superfície vegetal do Rio Grande do Sul para desbravamento era de 36% para 0,5%. Já em 1881, após duas gerações de colonato germânico, a área arroteada sobe para 5,8% e a cobertura vegetal cai para 30,7%. Em 1914 após a chegada dos italianos (aportados em 1870) a proporção é de 11,5% de terras cultivadas para 25% de floresta (Roche, 1969).

Na passagem das décadas de 1930 a 1960, tanto em países centrais, como em países como o Brasil, semiperiféricos, a modernização tecnológica na agropecuária intensificou-se e os estudiosos sobre relações “rural/urbano” se debruçaram acerca da difusão dessas novas tecnologias. Sendo assim, as análises antigamente voltadas mais a aspectos populacionais foram deslocadas para aspectos econômicos ligados à gestão das propriedades (SCHNEIDER, 1998).

No final dos anos 70 e na primeira década de 1980, ocorreu uma explosão na acumulação de capital na região do Vale do Sinos, o acúmulo de capital no setor coureiro calçadista, tendo como consequência o auge do financiamento público às exportações de calçados, através de subsídios e isenções de toda ordem, favorecendo intensamente a migração populacional inter-regionais rural-urbana. Além disto, no final da década de 80 as indústrias de calçados passam a flexibilizar os processos produtivos (polivalência) e a descentralizar suas unidades produtivas para as zonas periurbanas e a privilegiar o salário dos filhos dos colonos residentes próximos às empresas. Não somente foram buscar os filhos dos colonos como também passam a buscar os habitantes das áreas rurais próximas as empresas (Schneider, 2004).

Continuando (Schneider, 2004) os efeitos da industrialização sobre a agricultura familiar⁹ não chegam a provocar, de fato, o êxodo das populações rurais para as cidades, as facilidades de transporte, a proximidade de moradia dos colonos com as empresas coureiro calçadista e a existência de um amplo mercado de trabalho permitiram a combinação do trabalho agrícola com o trabalho não agrícola por parte de alguns membros das famílias dos pequenos agricultores familiares. O trabalho assalariado fora da propriedade trouxe dupla vantagem, como a obtenção de renda e ganhos econômicos para garantir a subsistência da família e ainda, permanecer residindo na propriedade agrícola, plantando produtos alimentares de consumo básico. Através desta nova forma de obtenção de rendas, verifica-se uma mudança na própria caracterização da agricultura familiar, que gradualmente assume os traços de uma *part-time farming*.

4. A industrialização o novo rural e o *par-time farming*

⁹ As categorias “camponês” e “agricultura familiar” seguem trajetórias distintas, recebendo tratamentos diferenciados quanto aos elementos definidores. Enquanto a primeira destaca o componente cultural - o camponês como “modo de vida” correspondente a um contexto “não capitalista”-, a segunda é formulada com ênfase na relação com o mercado capitalista. Contudo, como será defendido no decorrer deste artigo, tal distinção acaba por reduzir a compreensão da dinâmica de reprodução social desses agricultores. A bibliografia sobre esse tema é vasta, cita-se apenas Neves (1995) e Abramovay (1992).

Do ponto de vista espacial o rural hoje é uma continuação do urbano em grande parte das cidades brasileiras. Uma parcela significativa do espaço rural brasileiro foi gradativamente se urbanizando nas últimas décadas, como reflexo do processo de industrialização da agricultura e da crescente expansão do mundo urbano para aquelas áreas que tradicionalmente eram definidas como rurais, principalmente nas regiões metropolitanas, conforme podemos confirmar com os autores pesquisados a seguir.

Durante os primórdios da chamada Revolução Industrial, o rural foi palco das primeiras indústrias, de acordo com (SIQUEIRA e OSÓRIO,1999, p.73). A própria industrialização provoca aceleração do processo de urbanização, devido sua grande oferta de empregos, agora urbanos.

A partir da revolução industrial, o processo de crescimento das cidades se acelerou pela necessidade de mão-de-obra nas indústrias e a redução do número de trabalhadores no campo. A industrialização promoveu de modo simultâneo os dois eventos, um de atração pela cidade, outro de expulsão do campo. Antes da revolução industrial não havia nenhum país onde a população urbana predominasse. No começo deste século, apenas a Grã-Bretanha possuía a maior parte de sua população vivendo em cidades (MUNFORD, 1982). Pode-se afirmar que o Século XX é o século da urbanização, pois nele se acentuou o predomínio da cidade sobre o campo.

A área em estudo caminhou sobre os passos descritos da urbanização industrial frente ao rural, conforme (Schneider, 2004) com a expansão difusa da indústria coureiro calçadista na “Colônia Velha” houve a necessidade da busca da mão de obra junto aos colonos para esta nova fase de desenvolvimento industrial.

Frente ao exposto, é possível fazer uma reflexão buscando demonstrar como ocorreram os processos históricos da industrialização e as transformações na agricultura familiar em São Leopoldo.

Como consequência das dificuldades do sistema produtivo nas terras dos colonos alemães, seja pelo esgotamento das terras ou da forma como ocorria à partilha das terras usadas para o cultivo, boa parte dos filhos destes colonos foi obrigada a procurar ocupação nas fabricas de calçados da região como forma de não reduzir cada vez mais a renda familiar vindo a tornem-se operários nas fabricas de calçados.

Segundo Silva (1997, p.43) o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Isto porque o rural se urbanizou, tanto devido ao

desenvolvimento e aplicação de técnicas industriais de agricultura, quanto devido, o que é sem dúvida muito interessante, o transbordar do urbano para o rural (SILVA 1996, 1997).

A partir da década de 1980 a pluriatividade passou a ser reconhecida como uma transformação da agricultura familiar e com isto abriu-se o debate sobre a nova forma da agricultura de tempo parcial que já vinha ocorrendo especialmente na Europa (SCHNEIDER, 2004).

Segundo Fuller *apud* Schneider (1990), a dominação *part-time farming* foi utilizada de forma pioneira na década de 30 pelos economistas americanos, que atuavam nos *land-grant-colleges*¹⁰. Esta denominação é usada para designar os agricultores que dedicavam parte de seu tempo ao desempenho de trabalhos fora da propriedade familiar.

Para Graziano da Silva (1997, p.43), a modernização do campo, o aparecimento de trabalhadores *part-time* e a pluriatividade deste trabalhador e sua família configuram um novo rural. Essas mudanças levam a um irreversível processo de urbanização do campo, onde as atividades agrícolas não se encontram mais solitárias, sendo até mesmo suplantadas por outras em alguns casos. Segundo Silva (1997, p.43):

Pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural.

Abramovay (2003) salienta dois aspectos fundamentais em relação ao rural: a relação com a natureza e a relação com as cidades. São dois aspectos que tratam de processos históricos de construção pela sociedade ao longo de décadas, ou por que não dizer, de séculos. São ao mesmo tempo dois traços marcantes do que se costuma chamar hoje em dia de “nova ruralidade”. Sempre houve a relação do homem com a natureza, embora a relação do rural com o urbano tenha sido posterior à relação homem/natureza.

Silva (1996, 1997) chama a atenção para as mudanças que, ao se operarem na sociedade brasileira, transformaram o rural, o urbano e as suas relações, tornando praticamente impossível a análise destes meios através da conceituação dicotômica tradicional. Assim sendo, seria necessário na contemporaneidade entender o rural e o urbano como um contínuo. Isto porque o rural se urbanizou, tanto devido ao desenvolvimento e aplicação de técnicas industriais de agricultura, quanto devido, o que é sem dúvida muito interessante, ao expandir do urbano para o rural.

¹⁰ Os *land-grant-colleges* formavam o sistema de extensão rural estatal, onde se desenvolviam pesquisa agropecuárias, formatos tecnológicos e treinamento de recursos humanos.

Solar (1979) concorda com o fato de que em face das mudanças por que passou o campo, a ideia de contínuo passa a ser mais eficiente para conceituar a realidade. Entretanto, ele pondera como também faz Carneiro (s.d.), que a ideia do contínuo não deve ser comparada sem reflexão, pois em vários locais, especialmente nos países em desenvolvimento e nos países “atrasados”, a industrialização da agricultura e as outras mudanças que levam à formulação da continuidade entre o rural e o urbano ainda não se constituíram. A diferenciação não opera com a mesma intensidade em todos os pontos do globo terrestre. Assim, se a nova conceituação de rural e urbano é eficiente para o campo altamente industrializado e urbanizado dos países desenvolvidos e de determinadas áreas dos países em desenvolvimento, a conceituação tradicional pode ser ainda eficiente para conhecer a realidade nos locais aonde ainda impera a dicotomia e o campo ainda está longe da cidade.

Os autores Silva, Del Gross e Campanhola (2002) afirmam que a partir de meados dos anos 80, assistiu-se ao surgimento de uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorria nos países desenvolvidos o que se chamou de “Novo Rural”. O termo “novo” ocorre porque na verdade, são seculares no País, mas não tinham importância econômica. Eram atividades de “fundo de quintal”, hobbies pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.), que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural. . Em verdade, sempre existiu a produção de flores e plantas ornamentais, de hortaliças, etc.

Tal valorização também ocorre com as atividades rurais não agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços) e com as atividades decorrentes da preservação do meio ambiente.

Continuando Silva, Del Gross e Campanhola (2002), a produção de hortaliças é um exemplo da mudança de forma e de conteúdo, onde surgem novas formas de produzir que decorrem de mudanças na base técnica (estufas, hidroponia, produção orgânica) e de novas formas de integração ao circuito das mercadorias (produção sob encomenda, integração vertical com supermercados).

Segundo Silva (1997, p.43) pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, da expansão do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural.

De acordo com Rua (2005, p.9), a pluriatividade também pode ser vista como uma estratégia de não fragmentação da propriedade. Para o autor procura-se, cada vez mais, trabalhar fora da unidade produtiva, e membros da família dedicam-se à prestação de serviços externos (tratorista, frentista, comerciário, bancário, veterinário, piloto agrícola etc.); estabelecendo uma estratégia de não fragmentação.

Os autores Sorokin e Zimmermann (1929) foram os primeiros a introduzir a perspectiva do *continuum* rural e urbano. Essa ideia também está relacionada a uma concepção dual, uma vez que considera o rural e o urbano como polos extremos em uma escala de gradação. Para evidenciar as características que marcavam a polarização, bem como suas relações, os autores identificaram diferenças marcantes entre os espaços rural e urbano.

Solari (1979) concorda com o fato de que em face das mudanças por que passou o campo, a ideia de contínuo passa a ser mais eficiente para conceituar a realidade, podemos entendê-lo não com a pretensão de se referir ao Brasil inteiro, mas a um “novo rural” que emerge em algumas áreas específicas do país, principalmente naquelas áreas rurais mais próximas e integradas a grandes centros metropolitanos. A discussão sobre o rural e urbano segue no próximo tópico.

5. A Agricultura familiar na micro bacia do Arroio Peão, São Leopoldo

O Rio Grande do Sul se encontrava na terceira posição nacional em 2006 em relação a agricultura familiar. O Estado da Bahia liderava, com 15,2%, seguido por Minas Gerais, com 10,0%, e, em seguida, situava-se o Rio Grande do Sul, com 8,7% do total dos estabelecimentos familiares brasileiros, então na casa de 4,3 milhões de unidades. Já, na Região Sul, depois do Rio Grande do Sul, situava-se o Paraná, com 6,9% (IBGE, 2006)¹¹

Os dados disponibilizados pelo IBGE sobre a produção vegetal da agricultura familiar restringiram-se a seis culturas. Não abrangeram cultivos comumente encontrados nos estabelecimentos familiares do Rio Grande do Sul, como é, por exemplo, o caso da importante produção gaúcha de fumo e outras, tais como frutas, hortaliças, flores, etc. (GRANDO, 2011).

¹¹ O ano de 2006 foi à última data de levantamento de dados sobre as propriedades rurais do país, por este órgão governamental.

Na sequência são apresentados os dados da pesquisa de campo realizada na micro bacia do Arroio Peão (Bacia Hidrográfica do Rio do Sinos) com as propriedades do município de São Leopoldo que fazem divisa com do município de Novo Hamburgo.

Identificou-se que os micro e pequenos produtores familiares da área estudada produzem aveia e milho para consumo da criação de gado e cavalos. O gado posteriormente é vendido para frigoríficos e os cavalos usados nas provas de laço no piquete da propriedade ou para prestação de serviço de turismo rural de um hotel. Os demais entrevistados são produtores de hortifrutigranjeiros com culturas de alface, couve, brócolis, tomate cereja, pepino, tempero verde, aipim, batata doce, espinafre, laranja e bergamota; o piscicultor com a criação de dourado, piava, grumatã, vaga, cascudo, viola, carpa capim, carpa cabeça grande, surubi, tambaqui, traíra, pintado e alevinos; cultivo de flores e produtor de leite. Os agricultores também possuem lavoura temporária e permanente predominantemente de aipim e milho. Sua produção é mecanizada com uso de micro trator e pulverização mecânica.

A tabela 1 apresenta os principais produtos cultivados e as criações em hectares em São Leopoldo junto à micro bacia do Arroio Peão.

Tabela 1 - Principais produtos cultivados e criação Arroio Peão, município de São Leopoldo

Propriedades	Área Total ha.	Arrenda ha.	Cultivada/Criação ha.	Cultivo/criação
Propriedade 1	10,3		6,5	leite
Propriedade 2	7,8		5,0	frutas/hort.
Propriedade 3	7,8		3	flores/frutas/hort.
Propriedade 4	16,7	10	16,7	Gado
Propriedade 5	10,3		5,0	Piscicultura
Propriedade 6	9,6		2,5	legumes
Propriedade 7	4,7		3,5	hortaliças

Fonte: Os Autores 2015

A pesquisa evidenciou que alguns dos micro e pequenos produtores familiares fazem uso de estufas para o cultivo de algumas hortaliças e frutas, como exemplo, a produção de morangos. A agricultura é mecanizada com uso de micro trator e pulverização mecânica, sendo que 60% dos equipamentos estão sendo financiado por programas do governo como o Financiamento de Maquinas e Equipamentos – (FINAME)¹² ou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

¹² FINAME - Financiamento, por intermédio de instituições financeiras credenciadas, para produção e aquisição de máquinas, equipamentos e bens de informática e automação novos, de fabricação nacional e credenciada no BNDES.

(PRONAF)¹³ com valor médio de financiamento de R\$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil reais) pelo período de cinco a sete anos. Também foi possível observar que parte das famílias possui outras atividades, em período parcial ou integral na iniciativa pública ou privada tendo como exemplo de trabalho em bancos, indústrias e comércio da localidade, gerando renda fora do cultivo na propriedade familiar.

A pesquisa de campo apontou que os micro e pequenos proprietários rurais vendem seus produtos aos mercados e supermercados da região que ficam no centro da cidade, assim como em feiras de bairros que acontecem semanalmente. Nos últimos anos com o grande número de conjuntos habitacionais ao redor das propriedades, tem ocorrido uma grande procura para compra de produtos hortifrutigranjeiros diretamente nas propriedades gerando renda extra, não sendo necessário aguardar pelo dia fixo de feira nos bairros.

4. Discussão dos resultados

Através de observações e entrevistas foi possível obter a percepção dos micro e pequenos produtores familiares em relação às grandes mudanças que vem ocorrendo nos últimos 20 anos junto as suas terras, ou seja, os espaços que antes eram usados para produção de hortifrutigranjeira ou da criação para produção de leite, vêm se tornando cada vez mais reduzidos, pela compra destes espaços para construção de condomínios residenciais ou ainda passaram a ser dormitórios para aquelas pessoas que preferem ficar longe da conturbada área urbana. Esta observação deve-se a construção de condomínios residenciais cujos nomes são loteamento Parque Recreio e Campestre próximo as suas terras. A região altera-se e os proprietários sentem a mudança da vizinhança que antes eram de pequenos e micro produtores e agora são de pessoas que trabalham durante o dia na capital ou na área urbana dos municípios. Também percebem que as áreas anteriormente cultivadas estão se transformando em jardins, quadras esportivas e piscinas.

Através da análise da Tabela 1 é possível observar que a maior área de criação pertence à propriedade 4 com arrendamento de terra e a de criação de gado, com 17, 7 hectares, seguida pela propriedade 1 com a produção de leite, sendo as propriedades 2 e 5 com o mesmo tamanho de área de cultivo de frutas e piscicultura e as propriedades 3,

¹³ O PRONAF destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

6 e 7 com a área de cultivo de 3 hectares, 2,5 e a propriedade 7 com 3,5 hectares de cultivo de flores frutas e hortaliças. A partir destes dados, pode-se inferir que a maior parte das áreas cultivadas são as de menor tamanho de propriedade e que encontram nesta produção uma facilidade maior de venda seja através da venda direta ou para o comércio local.

O crescimento da venda de produtos hortifrutigranjeiros, flores e piscicultura ocorrem de duas formas: uma delas diretamente ao consumidor final através de feiras onde se encontram os produtores da região com a oferta de produtos similares ou diferenciados, e a outra forma de venda dá-se aos supermercados de bairro que irá abastecer a comunidade local. Os produtores de leite e de carne de gado entregam a produção a frigoríficos e empresas que irão industrializar o leite. Também se observou que existe entre os micros e pequenos produtores a oferta de prestação de serviços de locação de equinos e bovinos a hotéis que possuem atividades de turismo rural e atividades campeiras para concursos e atividades em piquetes.

Também foi possível evidenciar a geração de renda fora da propriedade familiar com o *part-time farming*, contribuído com Graziano da Silva (1997) quando afirma que a pluriatividade deste trabalhador e sua família configuram um novo rural. Além disso, há produtores que utilizam estufas para produção em suas propriedades aumentando a qualidade e a rentabilidade de suas culturas vindo ao encontro do que afirmam os autores Silva, Del Gross e Campanhola (2002). Se num primeiro momento sentem a mudança da vizinhança, em passo contínuo a construção de conjuntos residenciais vem agradando aos micro e pequenos produtores familiares. Isso se deve ao fato da chegada dos grandes conjuntos residenciais possibilitar um aumento na renda dos pequenos agricultores, pois a comercialização direta a estes consumidores diminui o custo e, conseqüentemente, aumenta a receita e aumenta o poder de concorrer com os outros agricultores familiar que também vendem seus produtos nas feiras de bairros com dia marcado na semana.

A percepção dos produtores rurais em relação a entrelaçamento do urbano e do rural vem pactuar com os autores Sorokin e Zimmermann (1929) que foram os primeiros a introduzir a perspectiva do *continuum* rural e urbano.

Assim como Solari (1979) concorda com este fato de que em face das mudanças por que passou o campo, a ideia de contínuo passa a ser mais eficiente para conceituar a realidade, a um “novo rural” que emerge em algumas áreas específicas do país, principalmente naquelas áreas rurais mais próximas e integradas a grandes centros

metropolitanos, como é o caso da área situada em São Leopoldo que foi percebido pelos micro e pequenos produtores familiares.

O município de São Leopoldo apresenta uma ruralidade peculiar, pois o rural e o urbano estão muito próximos chegando a ficar quase impossível demarcar a territorialidade de onde começa um e termina o outro. Tanto à forma de oferta de sua produção ao consumidor final tal como a composição da renda da família, que não advém de 100%, do trabalho na terra.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado tem por propósito iniciar um levantamento de questionamentos sobre o rural do Vale do Rio dos Sinos, no município de São Leopoldo micro bacia do arroio Peão. Os dados apresentados indicam um cenário onde a agricultura e a população rural, estão cada vez mais reduzidas, destacando-se a expansão urbana através da construção de conjuntos habitacionais, áreas estas que antes eram cultivadas ou usadas para criação de animais.

Pode-se inferir que as atividades ligadas ao rural permanecem na região, porque existe um forte mercado consumidor no entorno, além da possibilidade de permanecerem nas terras e no cultivo destas como acontecia com seus antepassados, da “Colônia Velha” vindos da Alemanha e que desbravaram as terras do município de São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

O processo de industrialização no município de São Leopoldo, Vale do Sinos não é diferente das demais regiões metropolitanas do Brasil, tendo nesta localidade sua maior ênfase a partir da década de 1930, neste período gerou conjuntamente com a mecanização da agricultura, uma maior procura pela força de trabalho do imigrante, para atender o desenvolvido e produção do setor coureiro calçadista. É relevante salientar que a procura pela mão de obra não impossibilitou ao produtor familiar que permanecesse em suas terras e no cultivo de seus produtos. Pode-se afirmar que muito pelo contrario, que o trabalho de meio período e a renda gerada foi fator decisivo para permanência do agricultor na terra e a perpetuidade da produção familiar, que se mantem até os dias de hoje na nova ruralidade da micro bacia do Arroio Peão.

Prosseguindo, esta mesma urbanidade que sufoca e propicia o transbordamento para o rural, é capaz de gerar renda para agricultura familiar, facilitando o escoamento da produção aos centros urbanos, reduzindo custos e aumentando a lucratividade. Esta

troca de produtos frescos por renda vem auxiliando ao micro e pequeno produtor familiar a permanecer em suas terras, e modernizar a produção e o maquinário tornando-se competitivo, deixando contudente seu enquadramento ao conceito da nova ruralidade.

Como reflexão, a busca por uma resposta sobre o lento desaparecimento do rural no Vale do Rio dos Sinos na micro bacia do Arroio Peão em São Leopoldo não cessa no presente trabalho, abrindo-se aqui uma discussão para um estudo mais amplo sobre a resistência destes colonos no trabalho com a terra que teve seu começo em 1824 com a chegada dos primeiros colonos alemães ao Estado do Rio Grande do Sul.

REFERENCIAS

ALENTEJANO, Paulo R. **As relações camocidade no Brasil do século XXI**. Terra Livre. N.21, 2º sem, p.25-39, 2003

BAUMAN, Sygmunt. 1992. **Intimations of Postmodernity**. Routledge: London.

BERTRAND, Alvin L. et al. **Sociologia Rural: uma análise da vida rural contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1973.

BLUME, R. **Território e ruralidade: A desmistificação do fim do rural**. Porto Alegre: FCE, 2004.

CARNEIRO, Maria. **Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergencia da ruralidade (versão preliminar)**. Campinas: NEA instituto de Economia – UNICAMP, 2001.

CARNEIRO, Maria. **Ruralidade: novas identidades em construção**. In: Revista Estudos, sociedade e agricultura. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ: 1998.

GRAZIANO Da Silva, J. 1996 **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira** (Campinas: Unicamp).

GROSSI, M; SILVA, G. **O novo rural: Uma abordagem ilustrada**. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002.

MONTORO, Guilherme C. F., et al. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Sul** – Rio de Janeiro: BNDES, 2014. 512 p. il, color

PORTO, M. S. G. e Siqueira, D. E. 1997 “**A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas**”, in Porto, M. S. G. (org.) *Politizando a Tecnologia no campo brasileiro: dimensões e olhares* (Rio de Janeiro: Relume-Dumará).

ROSENDAHL, Z. 1996 *Espaço e religião* (Rio de Janeiro: UERJ-NEPEC). **O novo rural brasileiro: novas atividades rurais**, v. 6 / Editores técnicos, Clayton Campanhola, José Graziano da Silva. — Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2004. v. 6; 23 cm.

RUA, João. **Urbanidades e novas ruralidades no estado do rio de janeiro: algumas considerações teóricas**. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppl (orgs). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda, 2002.

RUA, João. **Urbanidades no rural em um trecho da região serrana fluminense – a rodovia teresópolis – nova friburgo**. In: I Encontro de Grupos de Pesquisa - Agricultura, desenvolvimento regional e transformações sócio espaciais, 2005, Rio de Janeiro. I Encontro de Grupos de Pesquisa, 2005.

RONCHI, Luiz Henrique; et al - **Avaliação geoquímica da qualidade das águas e contaminação por metais pesados dos sedimentos no Arroio Peão, São Leopoldo e Novo Hamburgo, RS**. São Leopoldo: Unisinos, 2003. p. 19-59.

SCHNEIDER, Sergio. **Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana**. *Políticas Agrícolas*, porto Alegre, v. 3, n. 2. 1998. p.21-54

SCHNEIDER, Sergio: **Agricultura Familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**, 2ed, - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVA, Ivanice Magalhães da; LAUTERT, Samara. **Projeto Arroio Peão: Valoriza quem conhece**. São Leopoldo, 2008

SILVA, José Graziano da. **Gestão das Políticas na Agricultura Brasileira Moderna**. Belo Horizonte: Ed. Unicamp, 1996.

_____. **O novo rural Brasileiro**. Belo Horizonte: Revista Nova Economia, 1997.

SILVA, José Graziano da (et al.). **Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: Incorporando a Noção de Desenvolvimento Local**. Campinas: Instituto de Economia, 1998.

SOLARI, A. B. 1979 “**O Objeto da Sociologia Rural**”, in Szmrecsányi, T. e Queda, O. (orgs.) *Vida Rural e Mudança Social* (São Paulo: Companhia Editora Nacional).

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C.C. e GALPIN, C. J. **Diferenças Fundamentais entre o mundo rural e urbano**. (1929) In: MARTINS, J. S. *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1981. P. 198-224.

VEIGA, Jose Eli da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas – São Paulo: Editores Associados, 2002.

_____. **Nem tudo é urbano,** *Ciencia & Cultura*, v. 56, n2, 0.26-29, 2004

WANDERLEY, Maria N. Baudel. V. 15. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo.** In: *Estudos, Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ: 2000.